



DESPACHO N.º 21/2017

Considerando que:

- I. A Doutora **Paula Alexandra de Andrade Batista Nelas**, docente da Escola Superior de Saúde de Viseu, solicitou ao Presidente do IPV a realização das provas para atribuição do título de especialista na área de Enfermagem;
- II. De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de Agosto e artigo n.º 12.º do Regulamento para Atribuição do Título de Especialista do Instituto Politécnico de Viseu (IPV), aprovado por Despacho do Presidente do IPV, de 1 de Junho de 2010 (publicado em Diário da República sob n.º de Regulamento 523/2010, 2.º série, n.º 111 de 9 de Junho), compete ao Presidente do IPV a nomeação do Júri das provas para atribuição do título de especialista nos casos em que o Instituto se constitui como instituição instrutora;
- III. Por força dos normativos legais supra citados, concretamente o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 e alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento, o presidente do Júri é o Presidente do IPV, podendo esta competência ser delegada nos termos do n.º 4 do artigo 12.º daquele diploma e n.º 4 do artigo 13.º do Regulamento.

Pelo presente Despacho:

- Delego a presidência do júri das provas para atribuição do título de especialista na área científica de Enfermagem, no Vice-Presidente deste Instituto, Professor Doutor José dos Santos Costa.

E

- Designo, para integrarem, como vogais, do mesmo Júri as seguintes individualidades:

- Alda Maria Pires Silva Mendes, Professora Adjunta, proposta pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de Agosto.
- Leonel São Romão Preto, Professor Coordenador proposto pelo Instituto Politécnico de Bragança, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de Agosto, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de Agosto.
- Emília Carvalho Coutinho, Professora Coordenadora, proposto pela Escola Superior de Saúde de Viseu, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de Agosto.
- Alexandrina Maria Ramos Cardoso, proposto pela Ordem dos Enfermeiros ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de Agosto.
- Maria Rui Miranda Grilo Correia de Sousa, proposta pela Ordem dos Enfermeiros ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de Agosto.

Viseu, 10 de julho de 2017

O Presidente do IPV



Eng. Fernando Lopes Rodrigues Sebastião